

## Renan cumpre decisão do Supremo. Capiberibe se despede

Senador pelo Amapá perde o mandato por determinação da Justiça e recebe solidariedade de colegas em Plenário

**E**mbora manifestando constrangimento e dizendo respeitar a opinião da maioria dos seus pares, o presidente do Senado, Renan Calheiros, cumpriu ontem a decisão judicial que determinou a perda do registro da candidatura e do diploma do senador João Capiberibe (PSB-AC). Cerca de 50 parlamentares manifesta-

ram-se em Plenário a favor do direito de defesa de Capiberibe, mas Renan observou que teria que acatar decisão do Supremo Tribunal Federal. Capiberibe atribuiu a perda de seu mandato à "perseguição política" e prometeu concorrer ao Senado em 2006. Gilvam Borges, do PMDB, tomará posse hoje.

Página 3



Moreira Mariz



Geraldo Magela

Plenário discutiu por mais de quatro horas a decisão da Justiça sobre Capiberibe, que recebeu também a solidariedade da esposa, Janete (no detalhe)



O juiz afastado João Carlos da Rocha Mattos (E) depõe ao lado do presidente da comissão, Efraim Moraes, e do relator Garibaldi Alves

### Juiz afirma que Gilberto Carvalho é a "chave" para esclarecer a morte de Celso Daniel

Página 5

### Azeredo renuncia à presidência do PSDB

O senador Eduardo Azeredo anunciou ontem da tribuna sua saída da presidência nacional do PSDB. Ele recebeu o apoio unânime dos senadores presentes ao Plenário. Azeredo – que se defendeu de acusações relativas à campanha eleitoral de 1998 – será substituído no comando do PSDB pelo prefeito de São Paulo, José Serra.

Página 2

### Diretor-geral da ANP alerta contra bloqueio de verbas

Página 4

### CMO aprova crédito para pagar reajuste de militares

Página 4

## Sem acordo, votação de nova MP do Bem é adiada para hoje

Página 6

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## Renan discute regulamentação de mototaxistas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe, às 11h, o senador Luiz Otávio (PMDB-PA), acompanhado de dirigentes da categoria de mototaxista, para tratar do projeto de regulamentação da profissão. Às 12h, Renan se encontra com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

## Plenário homenageia memória de Vladimir Herzog

A sessão começa às 14h. A hora do expediente será dedicada à memória dos 30 anos da morte do jornalista Vladimir Herzog. A pauta do Senado está trancada por um projeto de lei de conversão (PLV), duas medidas provisórias (MPs) e um projeto de lei da Câmara (PLC). Enquanto essas matérias não forem votadas, o Plenário não pode apreciar outras proposições.

## Seminário sobre crise na agricultura

Para debater a crise na agricultura e seus reflexos na economia, as comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), do Senado, e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara, realizam o seminário "Alerta à Nação – Grito do Campo", das 9h às 13h, no Auditório Petrônio Portella. Às 14h30, audiência pública da CRA com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, discute a febre aftosa que afeta o rebanho bovino brasileiro.

## Comissão vota projeto sobre terceirização

Na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), às 9h30, deve ser votado em turno suplementar o substitutivo ao projeto que estabelece normas gerais para a contratação, pela administração pública, de empresas prestadoras de serviços terceirizados, com utilização de mão-de-obra própria (PLS 344/04). Às 11h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) elege seus novos presidente e vice-presidente.

## Correios ouve ex-assessor da Secom

Às 10h, a Sub-Relatoria de Contratos da CPI Mista dos Correios ouve o depoimento de Marcos Vinícius Di Flora, ex-assessor da Secretaria Executiva de Comunicação (Secom). Ele foi secretário do ex-ministro e atual assessor especial da Presidência da República, Luiz Gushiken, que é acusado de influenciar a atuação dos fundos de pensão.

## Acareação nos Bingos

Após a reunião da CCJ, a CPI dos Bingos realiza acareação entre João Francisco e Bruno Daniel, irmãos do prefeito assassinado de Santo André (SP) Celso Daniel, e o chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho.

## CPI do Mensalão

A CPI Mista do Mensalão ouve, às 11h30, o deputado Ronivon Santiago (PP-AC), que em 1997 renunciou ao seu mandato de deputado federal depois de ter sido acusado de receber R\$ 200 mil para votar a favor da emenda constitucional para reeleição do presidente da República.

Senador nega denúncia de que tenha tido dívida de campanha paga por Marcos Valério e diz que "versão maldosa" é estratégia do PT para desviar a atenção das investigações da CPI

# Dizendo-se injustiçado, Azeredo renuncia à presidência do PSDB

Eduardo Azeredo (MG) renunciou ontem à presidência nacional do PSDB dizendo-se injustiçado por acusações "que tentam misturar e confundir" os problemas de financiamento de campanha que teve em 1998 com o esquema de compra de votos no Congresso. O senador acha que se transformou em vítima porque o PT precisava desviar a atenção do país no momento em que seus filiados passaram a ser investigados por duas CPIs.

Azeredo sustentou que não tinha conhecimento de tudo que ocorria na administração de sua campanha à reeleição ao governo de Minas Gerais. E apontou incoerência dos petistas e seus aliados nas CPIs, que o responsabilizam pelos problemas em sua campanha, disse, mas inocentam o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alegando que ele nada sabia sobre as dívidas do PT.

Seus adversários conseguiram, na expressão do senador, confun-



Para Azeredo, os "ataques covardes" que tem sofrido buscam atingir o PSDB

dir a prática do chamado "mensalão" com a existência de caixa dois nas campanhas eleitorais. Depois, observou, tentaram minimizar o problema da compra de votos e passaram a focalizar o caixa dois como sendo o delito maior, destacando ser prática de todos os políticos e todos os partidos.

O parlamentar reafirmou que, apesar da "versão maldosa" difundida por seus adversários, não autorizou nenhum empréstimo

para cobrir despesas de 1998. "É mentira que minha campanha tenha tido dívida paga por Marcos Valério."

Os "ataques covardes" que tem sofrido, conforme Azeredo, buscam atingir o PSDB. Ele lembrou que ocuparia o cargo apenas por mais alguns dias, quando assumiria o senador Tasso Jereissati (CE), mas decidiu renunciar antes para que o PSDB possa prosseguir com mais tranqüilidade em seu combate oposicionista aos erros do governo. Até lá, voltará a ocupar a presidência do partido José Serra, que havia se licenciado ao assumir a prefeitura de São Paulo.

Azeredo foi apartado por 30 senadores, quatro deles do PT, quase todos manifestando solidariedade. Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, anunciou que já havia conseguido as assinaturas mínimas para instalação de uma CPI para investigar caixa dois em campanhas eleitorais.

## Arthur Virgílio anuncia proposta de CPI do Caixa Dois

Arthur Virgílio Neto (AM), falando pela liderança do PSDB, anunciou que seu partido está propondo a criação de uma CPI para investigar o caixa dois das campanhas de 2002 em Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Pernambuco, Ceará e Rio de Janeiro. O fato determinante, explicou, é resultado dos depoimentos dos publicitários Marcos Valério e Duda Mendonça.

Conforme o senador, a intenção é fazer com que a CPI dos Correios volte a apurar os fatos para os quais foi criada e acabe com a "cortina de fumaça" das tentativas de postergação das apurações.

Arthur Virgílio disse ainda que na reunião de ontem dos líderes com o presidente do Senado, Renan Calheiros, o partido exigiu que a minoria exerça seu direito de ter a relatoria da CPI.



Virgílio afirma que comissão deverá investigar eleições em seis estados

# JORNAL DO SENADO

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

## COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin,

Janaína Araújo e José do Carmo Andrade

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

## AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

*Site:* [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - *E-mail:* [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

## PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

As sessões de ontem do Senado Federal foram presididas pelos senadores Renan Calheiros, Marco Maciel, Efraim Morais e Papaléo Paes

Ao dar cumprimento à decisão judicial, Renan afirma, citando parecer da Advocacia Geral da Casa, que senador já exerceu direito de defesa durante o processo

## Capiberibe deixa o Senado e Gilvam assumirá mandato

O presidente do Senado, Renan Calheiros, embora dizendo respeitar a opinião da maioria dos seus pares e manifestando constrangimento, não aceitou os argumentos dos senadores que lutaram contra a perda do registro da candidatura e do diploma do senador João Capiberibe (PSB-AP), determinada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e reforçada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Coube a Renan cumprir a decisão judicial que selou o afastamento do senador, o que ocorreu durante a sessão deliberativa de ontem, depois de mais de quatro horas de discussão.

A decisão do TSE de cassar o registro e o diploma do senador, de 22 de setembro, pode ser interpretada como anterior à posse. Por isso, não assume o primeiro suplente, mas sim o candidato mais votado depois de Capiberibe, no caso o ex-senador Gilvam Borges (PMDB), que deverá ser empossado hoje.

Munido de um parecer da Advocacia Geral do Senado, Renan respondeu negativamente a questão de ordem do senador

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) sobre a possibilidade de o Plenário aprovar requerimento encaminhado pelo representante de Sergipe, que obrigava o envio da matéria ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Reiterando que a Mesa nada poderia fazer ante uma decisão do STF, Renan observou que tal medida e outras sugeridas na discussão seriam apenas procrastinatórias.

– Não estamos decidindo nada. O Supremo já considerou o último recurso extraordinário do senador João Capiberibe como procrastinatório, portanto, desconheceu o recurso. O senador exerceu o direito de defesa durante o processo no Judiciário e teve seu registro e diploma cassados pela Justiça Eleitoral, não pelo Supremo – enfatizou Renan.

Também foram alegadas questões como o fato de o STF não ter publicado o acórdão sobre a anulação do mandato do senador, mas, segundo o presidente da Casa, já havia sido publicado acórdão em relação a recurso anterior de Capiberibe.

Ao questionar a decisão judicial, Valadares observou que Capiberibe seria então um “fantasma”, ou seja, não cumpriu sequer parcialmente seu mandato. A senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) associou-se à opinião de Valadares e indagou sobre a validade das votações de que o senador amapaense participou.

### Ampla defesa

Capiberibe e outros senadores reiteraram que a Constituição, em seu artigo 55, assegura amplo direito de defesa ao parlamentar em processo de cassação e garante que a decisão seja tomada no âmbito da Casa a que pertence o detentor do mandato.

Vários senadores sugeriram alternativas para a interpretação da decisão da Justiça. A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) propôs que o Senado agisse como a Mesa da Câmara dos Deputados, que acolheu recursos para que parlamentares em vias de cassação ou com pedidos de anulação de mandato sejam ouvidos pela Corregedoria, em cinco sessões.

Tião Viana (PT-AC) também contestou o acatamento da de-



Geraldo Magalhães

Ao lado da deputada Janete, sua mulher, Capiberibe alega perseguição política

cisão do STF, argumentando que a Câmara agiu conforme a Constituição, assegurando direito de defesa. Cristovam Buarque (PDT-DF) protestou contra um possível cerceamento de defesa de Capiberibe, e alertou Renan Calheiros para a gravidade da decisão do presidente do Senado. “V. Ex<sup>a</sup> será o primeiro presidente a cassar um colega. Está claro que existe um conflito entre o Judiciário e o Legislativo.”

Mão Santa (PMDB-PI) evocou Montesquieu e sua obra *O Espíri-*

*to das Leis*, na qual prega a equivalência dos três Poderes. “Um poder serve para frear o outro”, completou, reforçando a opinião da maioria dos senadores sobre a honestidade de Capiberibe.

Ney Suassuna (PMDB-PB) considerou correto o argumento de que Renan e a Mesa do Senado não poderiam ignorar uma decisão do Supremo. Sibá Machado (PT-AC) sugeriu que o assunto fosse enviado ao corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP).

## Capiberibe diz que recorrerá ao STF e promete disputar vaga em 2006

Em meio a gestos de solidariedade dos senadores e manifestações de apoio das galerias, João Capiberibe fez, ontem, seu discurso de despedida no Plenário do Senado, após o Supremo Tribunal Federal confirmar a cassação de seu registro e do diploma pelo Tribunal Superior Eleitoral. Capiberibe disse deixar o Senado “leve”, mas confessou que “dói ver negado o amplo direito de defesa” invocado com base na Constituição.

Também atribuiu o episódio a “perseguição política”, responsabilizou o senador José Sarney (PMDB-AP) pela cassação de seu mandato e prometeu disputar nova vaga para o Senado nas eleições de 2006. “Podem ter retirado o meu mandato, mas jamais me calarão”, sustentou.

Como o presidente do Senado, Renan Calheiros, não acolheu seu pedido de defesa junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – sob o argumento de que não podia fugir ao cumprimento imediato da decisão judicial –, Capiberibe comunicou que vai recorrer ao STF para fazer valer o direito constitucional de

ampla defesa. Mas procurou isentar Renan de responsabilidade na perda de seu mandato, concluindo ter ficado claro que, se dependesse da vontade do presidente do Senado, seu direito de defesa teria sido assegurado.

O mesmo reconhecimento não foi dirigido, entretanto, a Sarney, seu adversário político no Amapá. Ao se despedir dos colegas de Senado, Capiberibe comentou a ausência em Plenário de “figura decisiva, importante” no processo de cassação de seu mandato. Depois dessa primeira referência vaga, apontou o ex-presidente do Senado como o responsável “por esse ato de perseguição política sistemática”.

Embora deixe o Senado desempregado, Capiberibe afirmou que a perda do mandato eletivo tem um significado maior do ponto de vista coletivo que pessoal, por atentar contra a democracia. Adiantou ainda que não irá retroceder em suas posições e que voltará à militância política.

Cerca de 50 senadores falaram, durante duas sessões, uma pela manhã e a outra à tarde, em favor de João Capiberibe.



Discussão no Plenário sobre necessidade de se assegurar ampla defesa a Capiberibe se prolongou por quase quatro horas

## Senadores pedem ampla defesa para o parlamentar

Antes de o presidente do Senado, Renan Calheiros, dar encaminhamento ao processo de cassação do senador João Capiberibe (PSB-AP), na hora do expediente de ontem, vários senadores manifestaram seu apoio à concessão do direito de ampla defesa ao parlamentar.

– O que Capiberibe nos pede é apenas o direito de explicar a esta Casa o que aconteceu. Isso não pode ser recusado pela Mesa. Apelo para que se remeta a questão ao Plenário, caso a Mesa não queira tomar essa decisão isoladamente – disse Paulo Paim (PT-RS). Ao declarar seu apoio a Cabi-

beribe, Mão Santa (PMDB-PI) criticou o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, por ter dado o seu voto de desempate favorável à cassação dos parlamentares do Amapá.

– Nenhum dos 81 senadores que estão aqui excederam Capiberibe em grandeza e dignidade. O povo é que é o poder. Só o povo teria o poder de afastá-lo dessa tribuna – afirmou Mão Santa.

Olíder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), também considerou legítimo o direito de Capiberibe à defesa.

– Sou neto de juiz e tenho o maior respeito pela Suprema Corte, mas considero legítimo o direi-

to a ampla defesa até para o deputado José Dirceu, quanto mais para Capiberibe – disse Virgílio.

Manifestaram ainda seu apoio a Capiberibe Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Roberto Saturnino (PT-RJ), Cristovam Buarque (PDT-DF), Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC), Sibá Machado (PT-AC), José Jorge (PFL-PE), César Borges (PFL-BA), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP), Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE), Pedro Simon (PMDB-RS), Serys Slhesarenko (PT-MT), Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) e Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Durante audiência na CI, dirigente da agência reguladora afirma que o contingenciamento de recursos afeta a realização de estudos necessários à obtenção da auto-suficiência nacional

## Corte de verba reduz a produção de petróleo, alerta diretor da ANP

O contingenciamento de verbas pelo governo federal prejudica o desempenho da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e compromete o repasse de *royalties* aos dez estados e 790 municípios brasileiros exploradores de petróleo, além de favorecer o aumento da sonegação de impostos e a adulteração de combustíveis. O alerta foi feito ontem pelo diretor-geral da autarquia, Haroldo Lima, em audiência promovida pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), conforme requerimento do presidente do colegiado, senador Heráclito Fortes (PFL-PI).

Os cortes afetam os trabalhos de

fiscalização da ANP e a realização de estudos geológicos e sísmicos, os quais seriam imprescindíveis para a obtenção da auto-suficiência nacional na produção de petróleo, que é de aproximadamente 1 milhão e 950 mil barris por dia, explicou Haroldo Lima.

A proposta da ANP para o Orçamento de 2005, segundo o diretor-geral da agência, era de R\$ 433,2 milhões, mas a contrapartida apresentada pelo Minis-

tério de Minas e Energia (MME) foi de R\$ 187,4 milhões.

De acordo com Haroldo Lima, a agência quer estimular o surgimento de médios e pequenos produtores de petróleo, a exemplo do que existe em outros países. Ele informou que o Brasil possui 29 bacias sedimentares e 22 mil poços perfurados, mas conhece apenas 7% das potencialidades geológicas das áreas. O Canadá, disse, perfura 23 mil poços por ano.



Heráclito Fortes (D) e Alberto Silva acompanham a apresentação de Haroldo Lima na CI

Tourinho (PFL-BA), o contingenciamento é tão “condenável” quanto a formulação de emendas parlamentares para compensar o bloqueio de recursos das agências. A solução, segundo ele, estaria no cumprimento da legislação que determina o repasse de verbas pela área econômica.

– O governo age de má-fé e não é honesto nessa relação. A retenção de verbas prejudica o próprio desempenho da agência – disse Heráclito.

Na avaliação de Rodolpho

Já Alberto Silva (PMDB-PI) defende a discussão da produção do biodiesel com mais profundidade pela sociedade.

Ao final do debate, a CI aprovou requerimento em que Tourinho solicita a realização de audiência com o diretor-geral brasileiro da Itaipu Binacional, Jorge Miguel Samek, para esclarecimentos sobre revisões tarifárias da usina.

### Cristovam deverá presidir Comissão de Direitos Humanos

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) se reúne hoje para eleger seus novos presidente e vice-presidente. Cristovam Buarque (PDT-DF) foi indicado pelo líder do partido, senador Osmar Dias (PR), para a presidência da comissão, em substituição a Juvêncio da Fonseca (MS), que deixou a legenda, filiando-se ao PSDB. A vice-presidência do colegiado recairá em nome de consenso entre os líderes no Senado.



Cristovam Buarque

### Comissão de Orçamento aprova verba para reajuste de 13% aos militares

Depois de muita negociação, líderes partidários aprovaram ontem, na Comissão Mista de Orçamento (CMO), um pedido do presidente da República para abrir no Orçamento de 2005 crédito suplementar de R\$1,12 bilhão para pagar o reajuste de 13% dos militares, a partir deste mês. O projeto ainda deve ser votado pelos parlamentares em sessão do Congresso.

A aprovação do crédito, no entanto, não significa que esteja resolvido o problema do reajuste dos militares. Tramita na Câmara projeto que concede o aumento propriamente dito, mas enfrenta a paralisia das votações, provocada pelos processos de cassação de deputados envolvidos no “mensalão”. Também está no Congresso a Medida Provisória 263/05, que concede dois meses de

abono salarial aos militares, para compensar os atrasos no exame do aumento. Os abonos estão sendo pagos neste mês e em novembro e vão de R\$ 22,06 a R\$ 1.511,21. Esses valores serão descontados dos salários dos militares quando entrar em vigor o reajuste de 13%.

Já as votações do projeto da Lei Orçamentária de 2006 estão obstruídas pelo PSDB e PFL, que pressionam para que o governo libere R\$ 900 milhões retidos pelo Ministério da Fazenda e que devem ser destinados aos governos estaduais para compensar isenção de impostos nas exportações (Lei Kandir). Com isso, a CMO não pôde discutir ontem o relatório preliminar da proposta orçamentária, apresentado há dez dias pelo relator, deputado Carlito Meres (PT-SC).



Presidida por Camata (E), CE aprovou proposta que dá mais transparência ao vestibular

### Comissão acolhe projeto que favorece educação profissional

A expansão da oferta de educação profissional no país, por meio da criação de novas unidades de ensino pela União, passará a ser feita preferencialmente – e não mais exclusivamente, como determina a atual legislação – em parceria com estados, municípios, DF, setor produtivo e organizações não-governamentais. A mudança consta do projeto da Câmara que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE), presidida por Gerson Camata (PMDB-ES), e segue para exame do Plenário.

De autoria do Executivo, o projeto (PLC 70/05), que passa a tramitar em regime de urgência, mantém a possibilidade de parcerias, para redução dos investimentos da União. A proposta, porém, “corrige o rigor extremo da legislação atual”, como define o relator, Reginaldo Duarte (PSDB-CE). Uma vez aprovada a medida, o governo federal poderá criar novas unidades de

ensino profissional sem se valer do instrumento da parceria.

Para Roberto Saturnino (PT-RJ), a matéria retira da lei uma “restrição absurda”. Paulo Paim (PT-RS) ressaltou que a proposta abre um “leque bem maior” de opções para a educação profissional. Por sua vez, Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) observou que existe grande demanda por técnicos qualificados.

Também recebeu parecer favorável o projeto que determina, nos processos seletivos para ingresso em cursos superiores de graduação, a publicação das listas nominais de aprovados, as classificações e os cronogramas de chamada para matrícula (PLC 89/05). A proposição vai a Plenário.

Em decisão terminativa, a CE acolheu projeto de Mão Santa (PMDB-PI) que autoriza a criação da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, por meio do desmembramento da Universidade Federal do Piauí (PLS 290/03).

### Regra para criação de universidade federal gera debate

A definição de critérios regionais para investimentos em novas universidades federais motivou amplo debate ontem na Comissão de Educação (CE). O projeto de Ideli Salvatti (PT-SC) garante prioridade para as unidades da Federação que ainda contem com poucos *campi* federais.

No planejamento de futuras universidades, estabelece o projeto (PLS 426/03), será levada em consideração a relação entre as matrículas em universidades federais e a população de cada estado. Dessa forma, ressaltou Flávio Arns (PT-PR), busca-se equilibrar a oferta de ensino.

Cristovam Buarque (PDT-DF) questionou se o critério não acabaria transferindo mais recursos



Para Flávio Arns, projeto busca equilibrar a oferta de ensino superior no país

a estados mais ricos. O relator, senador José Jorge (PFL-PE), admitiu que o raciocínio poderia ser aplicado a São Paulo, que tem apenas duas universidades federais. Minas Gerais, por exemplo, conta com oito. Mas lembrou que o sistema universitário paulista é basicamente de responsabilidade do governo estadual.

Por sugestão de Edison Lobão (PFL-MA), Ideli concordou com a retirada do projeto da pauta, para que seja reexaminado.

Juiz afirma que Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente Lula, é "a chave para elucidar o assassinato do então prefeito de Santo André"

## Rocha Mattos: PT não queria apurar morte de Celso Daniel

O juiz afastado João Carlos da Rocha Mattos disse ontem à CPI dos Bingos que não houve interesse das autoridades e nem da polícia civil paulista em apurar, "técnica e cabalmente", o assassinato do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, ocorrido em 2002. Para ele, uma investigação profunda às vésperas das eleições presidenciais "seria desastrosa, uma vez que traria à tona o esquema de corrupção em Santo André, que envolvia o recebimento de

propina para o caixa do PT, paga por empresas de ônibus e de lixo da cidade".

Rocha Mattos confirmou ter tido acesso a fitas com diálogos telefônicos de pessoas supostamente envolvidas no assassinato do prefeito Celso Daniel, nas quais o atual chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho, comandava todas as conversas e chegava a dar orientações de como as pessoas deviam se comportar em declarações

públicas que envolviam a morte de Celso Daniel.

O juiz disse ainda que Gilberto Carvalho "é a chave para elucidar a morte de Celso Daniel".

Rocha Mattos sugeriu à CPI o requerimento, junto à 4ª Vara da Justiça Federal, das 42 fitas gravadas entre janeiro e março de 2002 que contêm os diálogos. Efraim concordou e advertiu que as fitas poderão ser fundamentais para a elucidação da morte do ex-prefeito.



Efraim (C) e Garibaldi (D) ouvem de Rocha Mattos sugestão para que CPI requisite 42 fitas com conversas de supostos envolvidos no crime

### CPI irá requisitar fitas para confrontar afirmações do juiz

Ouvido o depoimento do juiz Rocha Mattos, os senadores Efraim Morais (PFL-PB) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), presidente e relator da CPI dos Bingos respectivamente, disseram que a comissão precisa conhecer o conteúdo das 42 fitas mencionadas pelo juiz.

Garibaldi e Efraim anunciaram que a comissão requisitará as fitas, ou o seu conteúdo transcrito, para que se possa confrontá-las com as declarações de Rocha Mattos.

Garibaldi afirmou que "restou a nítida conclusão de que o crime foi planejado e não um crime comum como a polícia sustenta".

Presidente e relator também concordam que a acareação entre Gilberto Carvalho, chefe de gabinete do presidente Lula, e os irmãos de Celso Daniel, marcada para hoje, deve ser aberta, não havendo razões para que a reunião seja fechada.

### Ex-deputado Osmir Lima nega ter vendido voto a favor da reeleição

Ao depor na CPI do Mensalão, o ex-deputado Osmir Lima (PFL-AC) negou envolvimento na compra de votos para a emenda da reeleição, em 1997. – Havia, na Câmara dos Deputados, muitos boatos de compra de votos. No meu caso, votei a favor da reeleição em função de compromisso entre o então governador do Acre, Orleir Cameli, e o presidente Fernando Henrique, para acelerar as obras da BR-364, importante para o estado – disse.

Osmir Lima foi acusado de

receber R\$ 200 mil para votar a favor da reeleição por causa da gravação de uma conversa entre os deputados Ronivon Santiago e João Maia na qual se afirmava que, além deles e de Osmir Lima, também os deputados Zila Bezerra e Chicão Brígido haviam recebido propina.

A comissão deveria ter ouvido ontem o deputado Chicão Brígido (PMDB-AC), mas ele não foi encontrado. Para hoje está prevista a oitiva do deputado Ronivon Santiago (PP-AC).



Amir Lando (E), presidente da CPI, ouve Osmir Lima, que negou ter recebido propina



Delcídio (2º à esq.) preside reunião ao lado de Serraglio, Asdrubal Bentes e ACM Neto

### CPI quebra sigilos de envolvidos com escândalos nos fundos e no IRB

A CPI Mista dos Correios, em reunião administrativa, aprovou ontem a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico de 14 fundos de pensão, 30 corretoras e 21 pessoas físicas e jurídicas ligadas às denúncias que envolvem esses fundos. Também decidiu pela quebra de sigilos de envolvidos com as denúncias de corrupção do Instituto Brasil-Resseguros, como o ex-presidente do IRB Lídio Duarte, a seguradora Assurê e seu presidente, Henrique Brandão, e o genro do ex-deputado Roberto Jefferson, Marcus Vinícius.

Foi aprovado ainda requerimento para a viagem a Nova

York da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e do deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR). Eles vão procurar a promotoria da cidade para negociar a liberação dos dados relativos à *off-shore* Dusseldorf, do publicitário Duda Mendonça e as contas que a abasteceram.

Antes das votações, os deputados Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA) e Carlos Willian (PMDB-MG) informaram que suas sub-relatorias – Fundos de Pensão e IRB – decidiram aprofundar análise das informações – as já disponíveis e as que ainda chegarão – para definir as audiências a serem realizadas.

### Sub-relator aponta prejuízo de instituto com operação suspeita

Em sua apresentação sobre o andamento das investigações, o sub-relator que investiga irregularidades no Instituto Brasil-Resseguros (IRB), deputado Carlos Willian, revelou que auditoria em fase de conclusão realizada pelo Tribunal de Contas da União detectou que o instituto teve prejuízo de US\$ 5,4 milhões em uma operação realizada no final de 2002. Segundo o deputado, as operações suspeitas e prejudiciais realizadas pelo IRB provavelmente geraram lucros a terceiros e podem ter sido a fonte de recursos para o caixa dois de campanhas eleitorais.

O IRB teve que realocar recursos de seus investimentos no exterior para uma operação de US\$ 240 milhões, e se desfez de aplicações, vendendo títulos que estavam abaixo do preço de custo. O prejuízo, pelo câmbio da época, foi de R\$ 21,3 milhões.

Carlos Willian ressaltou a "estranheza do investimento" e, por isso, pediu a transferência dos sigilos bancário, fiscal e telefônico dos dirigentes do IRB à época. Ele também destacou a necessidade de investigar o favorecimento de corretoras encarregadas de operar em nome do instituto no exterior.

### Pimenta da Veiga teria direcionado verbas de publicidade para Minas

Em depoimento à Sub-Relatoria de Contratos da CPI Mista dos Correios, Egidio Bianchi, ex-presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos nos anos de 1999 e 2000, durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, afirmou que o então ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, direcionou verbas de publicidade da estatal para empresas de Minas Gerais, estado no qual atuava politicamente.

Bianchi também disse que Pimenta da Veiga e alguns parlamentares procuraram reverter a decisão por ele tomada de romper o contrato de prestação de serviços dos Correios com a Vasp, em virtude da companhia de aviação ter falsificado documentos para poder trabalhar com a administração pública. Ele informou, no entanto, que ao tomar conhecimento das irregularidades cometidas pela Vasp, o então ministro parou de pressionar.

Adiamento da decisão foi provocado por pedido de verificação de quórum, no início da madrugada de hoje, quando senadores deveriam concluir exame da proposta

## Senado vota hoje projeto que inclui benefícios da MP do Bem

Em virtude de pedido de verificação de quórum feito pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA) – e apoiado por Ana Júlia Carepa (PT-PA), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Heloísa Helena (PSOL-AL) –, foi adiada para a tarde de hoje a votação do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 25/05, que ressuscita os principais itens da MP do Bem (Medida Provisória 252/05). No momento da verificação de quórum, na madrugada de hoje, estavam presentes 31 senadores; o mínimo exigido é de 41.

O pedido de verificação ocorreu depois que o relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), anunciou em Plenário que não acolheria nenhuma nova emenda ao projeto. A bancada do Pará queria a inclusão de emenda que prevê a criação de zonas de livre

comércio em dois municípios do estado que fazem divisa com o Amapá. Outra emenda que não foi aceita pelo relator, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), previa a isenção de tributos para a fabricação de telhas e tijolos no Amapá.

Entre os itens aceitos por Amir Lando, estão as medidas de desoneração tributária que visam estimular as exportações

e a renegociação das dívidas de prefeituras com a Previdência. Ele manteve os novos limites de enquadramento de micro e pequenas empresas no Simples, mas retirou a emenda que adia o pagamento de precatórios de pequeno valor. Essa emenda, defendida pelo governo federal, prejudicaria aposentados e pensionistas que ganharam causas contra a União.

### Homenagem à “mãe” dos direitos civis nos EUA

O Plenário prestou homenagens a Rosa Parks, que faleceu na segunda-feira, aos 92 anos, na cidade de Detroit. Ela é considerada a “mãe americana pelos direitos civis” e se notabilizou por ter se negado a ceder o lugar em um ônibus para um homem branco, em 1955, rompendo com uma prática

racista no estado do Alabama.

Conforme informou Paulo Paim (PT-RS), autor de um dos requerimentos solicitando que o Senado aprovasse voto de pesar pela morte da líder negra, a atitude de Parks abriu espaços para o aparecimento do movimento de direitos raciais liderado por Martin Luther King.

## Ideli defende medidas para incentivar a construção civil

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu ontem a desoneração tributária dos materiais de construção.

– Esse é um dos setores que mais emprega e de maior capilaridade, pois está presente em toda a economia do país. Todas as medidas a seu favor têm resultados muito positivos – afirmou.

No Brasil, a chamada construção autogerida, em que a própria família levanta sua casa, já representa, segundo Ideli, 70% do total construído no país. No entanto, essa modalidade não está enquadrada nos programas de financiamento do governo.

Em reunião com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Luiz Fernando Furlan, foi apresentada proposta de criação de uma cesta básica

de materiais de construção com alíquota reduzida, uma medida que beneficiaria as famílias que optam pela autogestão.

Ideli acredita que existe forte possibilidade de a cesta básica ser incluída na próxima medida provisória sobre desoneração tributária (a “segunda MP do Bem”).



Ideli quer desoneração tributária de cesta básica de materiais de construção

Janine Araújo

## Efraim rebate críticas do governo à condução da CPI dos Bingos

O senador Efraim Morais (PFL-PB) rebateu críticas da Presidência da República ao seu trabalho à frente da CPI dos Bingos. A assessoria do presidente Lula teria apontado incoerência na condução da comissão, associada à convocação do chefe de gabinete do presidente Lula, Gilberto Carvalho, para uma acareação com os irmãos do prefeito assassinado de Santo André, Celso Daniel, marcada para hoje. Como essa comissão foi criada para apurar o envolvimento de casas de bingo com a lavagem de dinheiro e o crime organizado, a análise do assassinato do prefeito petista, segundo o governo, fugiria ao

foco da CPI.

A assessoria do presidente Lula resgatou despacho de Efraim, então vice-presidente da Câmara, derrubando decisão da CPI do Banespa de convocar Ricardo Sérgio de Oliveira, diretor do Banco do Brasil no governo Fernando Henrique. O argumento usado para negar a convocação foi o lapso temporal entre os fatos apurados e os que motivaram a convocação do dirigente do BB.

– O governo, mais uma vez, tenta mudar o foco da CPI dos Bingos. Apelo à assessoria do presidente da República para que se informe antes de criticar um parlamentar – declarou o senador.

## Suassuna quer aumentar ritmo da pesquisa de petróleo

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) mostrou-se preocupado com o ritmo da prospecção de petróleo no país. Segundo ele, apenas 3% do território nacional foi prospectado. Até hoje, teriam sido realizadas cerca de 20 mil perfurações, o mesmo número feito anualmente pelo Canadá.

– O Brasil precisa de mais perfurações. Estamos defasados – afirmou.

Ao comentar uma audiência pública promovida ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) com o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo,



Suassuna diz que país está defasado e precisa conhecer suas jazidas

Roosevelt Pinheiro

Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Haroldo Lima, o senador disse que o Brasil não faz os investimentos necessários para a pesquisa de petróleo.

Ney Suassuna também comemorou a detecção de uma jazida na Bacia do Rio do Peixe, em seu estado, que poderá produzir até 15 mil barris por dia.



Patrícia (ao microfone) preside debates do 1º Encontro Nacional de Parlamentares em Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes

## Parlamentares se unem em defesa das crianças

Na presidência dos debates do 1º Encontro Nacional de Parlamentares em Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes, realizado ontem na Câmara dos Deputados, a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) ressaltou que a maioria dos projetos aprovados no Congresso deixa de ser executada por falta de recursos. Coordenadora, no Senado, da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente, Patrícia Saboya condenou os cortes de verbas e disse que vai pedir a realização de uma audiência visando à ampliação

dos recursos do Orçamento de 2006 para programas destinados à criança e ao adolescente.

O encontro buscou o fortalecimento da Rede Nacional de Frentes Parlamentares em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, pacto firmado em maio, em Fortaleza (CE). Segundo Patrícia, “em cada estado e em cada município brasileiro é preciso ter parlamentares cobrando ações do governo”.

Presente ao evento, Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a federalização da gestão da

educação básica e a criação da Agência Nacional de Proteção da Criança. Já a deputada Maria do Rosário (PT-RS), coordenadora da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, ressaltou que as crianças devem ter acesso à cidadania plena.

Também participaram do encontro as senadoras Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Fátima Cleide (PT-RO), e os deputados Zezéu Ribeiro (PT-BA), Sandra Rosado (PSB-RN), Teté Bezerra (PMDB-MT) e Telma de Souza (PT-SP).



Tendo ao lado o representante do Vaticano no Brasil, dom Lorenzo Baldisseri (de branco), Renan Calheiros presidiu sessão especial, com a presença de autoridades eclesiais e embaixadores de três países

Luta empreendida ao longo de 27 anos em defesa da paz mundial, das liberdades democráticas e da justiça social é exaltada pelos senadores

## Senado homenageia memória do papa João Paulo II

A jornada empreendida pelo papa João Paulo II em favor da paz, da liberdade, da justiça social e do ecumenismo foi lembrada ontem no Plenário, durante sessão especial, com a presença do nuncio apostólico, dom Lorenzo Baldisseri, e do embaixador da Polônia, Pawel Kulka Kulpiowski.

A memória do Papa foi exaltada em discursos de Renan Calheiros, Marco Maciel, Pedro Simon, Paulo Paim e Delcídio Amaral.

Aberta por Renan, a sessão contou ainda com a presença do secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Odilo Pedro, dos arcebispos do Rio de Janeiro,

dom Eugênio Sales, e de Natal, dom Heitor Sales, do arcebispo emérito de Brasília, dom José Freire Falcão, e do arcebispo metropolitano do Distrito Federal, dom João Braz de Aviz.

Os embaixadores da Síria, Ali Diab; da Guatemala, Manuel Barillas; e de Myanmar, Htein Win, aplaudiram os pronunciamentos.

### Renan destaca o esforço pela justiça social

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que João Paulo II será lembrado como um papa missionário, que esteve no centro dos acontecimentos mundiais, lutando pelas liberdades democráticas e pela justiça social.

– A fé inabalável e o espírito de oração impressionavam a todos que o cercavam – enfatizou o senador, observando que Sua Santidade "foi um dos maiores líderes humanitários que o mundo já viu".

Renan disse que, após sete meses da morte do Papa, "é o momento de se refletir sobre o pontificado daquele que, em 27 anos à frente da Igreja Católica, foi talvez o homem mais fotografado da História".

– Da era João Paulo II, guardaremos a lembrança do Papa *pop*, do Papa peregrino, do João de Deus, que a fé foi transformando, aos poucos, de missionário em santo.

### Maciel lembra a defesa dos que não tinham voz

O papa João Paulo II "marcou sua atuação à frente do trono de Roma pela profunda convicção da importância da missão evangelizadora da Igreja. A afirmação foi feita pelo senador Marco Maciel (PFL-PE), ao discursar na sessão especial do Senado em homenagem ao líder católico.

Maciel salientou que a preocupação social era também parte dessa missão e obrigava Karol Wojtyła, como ele próprio registrara na carta apostólica *Tertio Millennio Adveniente*, a falar "em nome dos que não tinham voz", convencido de que "os pobres não podiam mais esperar".

– Seu afã era levar Cristo a todos, pessoas, povos e nações, porquanto "não existe mais uma Igreja do silêncio, porque ela fala por meio do Papa" – ressaltou o senador pernambucano, destacando ainda outras palavras da carta apostólica.

### Simon ressalta empenho pelo ecumenismo

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que um ponto culminante da atuação de João Paulo II foi o empenho que mostrou no sentido de aprofundar o ecumenismo. Ele também destacou o papel político do Papa na luta pela democracia no Leste Europeu, durante o domínio soviético.

– Na Encíclica *Ut Unum Sint* ele nos aponta o caminho do ecumenismo como algo do qual não se pode fugir. A declaração conjunta católico-luterana, sobre a justificação por fé e graça, é uma das realizações mais impressionantes nesse campo.

Com sua peregrinação pelos cinco continentes, João Paulo II deu grande visibilidade à Igreja Católica, frisou Simon. O parlamentar disse ainda que, em seus discursos em mais de cem idiomas, o Papa deixou claro que nenhuma problemática humana era desconhecida por ele.

### Mercadante frisa compromisso com liberdade

O compromisso com a liberdade e a democracia foi uma das marcas do pontificado de João Paulo II, salientou Aloizio Mercadante (PT-SP) durante a homenagem ao chefe da Igreja Católica falecido em abril deste ano.

Para Mercadante, tal característica estava relacionada com a experiência de Karol Wojtyła como cidadão da Polônia, país cuja história foi marcada por invasões, massacres, perseguições e regimes totalitários. O senador destacou ainda o ecumenismo como traço importante do pontificado de João Paulo II.

– O ecumenismo é a convivência com a diversidade, o reconhecimento do outro, o respeito à diversidade cultural, às opções religiosas, aos credos – disse o senador, assinalando que em poucos momentos da História esses valores avançaram tanto como no pontificado de João Paulo II.

### Paim recorda luta pelos trabalhadores

Paulo Paim (PT-RS) afirmou que a luta pelos direitos dos trabalhadores foi um dos aspectos mais importantes da biografia do Papa. O senador destacou que, em uma de suas Encíclicas, João Paulo II citou o direito à pensão e os seguros para a velhice, para a doença e para os casos de acidente de trabalho.

O Papa, disse Paim, reconheceu a legitimidade da greve "quando se apresenta como recurso inevitável, e mesmo necessário, em vista de um benefício proporcionado, depois de se terem revelado ineficazes todos os outros recursos de negociação".

Para o senador, João Paulo II teria reconhecido o papel dos sindicatos dos trabalhadores ao lembrar que a razão de ser das entidades consiste no direito dos trabalhadores de formar associações para defender os interesses dos empregados nas várias profissões.

### Delcídio: Papa foi humilde ao admitir erros

João Paulo II soube como poucos reconhecer a complexidade do tempo em que viveu e os múltiplos caminhos que levam à "eternidade" e, em razão disso, não economizou esforços em favor do ecumenismo. Assim avaliou Delcídio Amaral (PT-MS) a trajetória do papa João Paulo II.

Para exercitar a contento seu compromisso ecumênico e demonstrar a sinceridade do propósito que lhe animava, conforme salientou o senador, João Paulo teve o gesto que somente os grandes homens são capazes de praticar: a humildade para reconhecer erros, pecados, omissões e equívocos cometidos pela Igreja ao longo de sua história. Ao dizer isso, Delcídio lembrou a manifestação do Papa aos judeus e outras vítimas da intolerância da instituição no passado.

Motta aponta degradação das rodovias, Paim critica política econômica e José Jorge repele acusação a Bornhausen

## Paim: juro alto leva empresas à falência

Paulo Paim (PT-RS) manifestou ontem, em discurso, preocupação com a manutenção do superávit primário e da taxa de juros, que, apesar de ter sido recentemente reduzida pelo Comitê de Política Monetária (Copom), "é insatisfatória para a produção interna e para a geração de empregos".

Segundo o senador, o superávit primário entre janeiro e maio chegou a 3% do produto interno bruto (PIB), cerca de R\$ 78 bilhões, mas a dívida pública continuou a subir, alcançando a cifra de R\$ 973 bilhões até agosto de 2005.

O regime de metas inflacionárias foi implantado no Brasil em 1999, com o objetivo de reduzir a dívida pública e



Paulo Paim adverte que superávit primário e juros elevados impedem a criação de empregos no país

controlar a inflação, mas tem sido ruim para a economia, ressaltou o parlamentar, observando que a inflação está sendo con-

trolada com a elevação do desemprego e a concentração de renda. Ele disse ainda que a alta taxa de juros compromete a indústria e leva à falência de empresas.

No mesmo discurso, o senador defendeu projeto de sua autoria que obriga a execução de qualquer tipo de referendo ou plebiscito nos períodos eleitorais. "A proposta visa evitar despesas desnecessárias, conforme ocorreu com o referendo da proibição do comércio de armas de fogo" argumentou.

Paim finalizou seu pronunciamento homenageando a memória da ativista negra norte-americana Rosa Parks, que faleceu ontem, aos 92 anos, em Detroit, nos Estados Unidos.



José Jorge lembra declaração do ministro do Trabalho e pede ao governo que o demita

## José Jorge atribui a Luiz Marinho ofensa ao presidente do PFL

José Jorge (PFL-PE) pediu ao governo a demissão do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, a quem atribuiu a aparição ontem, em Brasília, de cartazes associando a imagem do presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), ao líder nazista Adolf Hitler. Ele fez a ilação em virtude de declaração do ministro durante solenidade no Itamaraty em que teria dito que "Bornhausen tem saudades de Hitler".

– Isso deve ter sido feito sob comando dele, pois foi ele quem começou com essa história. Bornhausen não tem nada a ver com Hitler – disse José Jorge, ressaltando que pesa sobre Marinho a denúncia de ter participado de festas com prostitutas pagas pela Volkswagen.

O senador respondeu ainda a suposta declaração do presidente Lula, publicada no *blog* do jornalista Jorge Bastos Moreno, segundo a qual Bornhausen seria o responsável pelas denúncias que envolvem familiares do chefe do governo.

## Motta quer obra a cargo do governo do ES

João Batista Motta (PSDB-ES) dirigiu apelo ao ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, para que transfira à esfera do governo do Espírito Santo a finalização das obras de construção dos anéis rodoviários de Colatina e de Vitória. Segundo o senador, as obras estendem-se há 20 anos, como no caso de Colatina e, em consequência do atraso nos pagamentos, a dívida do governo federal para com as empreiteiras já é superior a R\$ 6 bilhões.

– As empreiteiras já afirmaram que não querem mais trabalhar para o governo

federal e já pediram a rescisão dos contratos. A coisa é tão vergonhosa que todos os dias morrem várias pessoas nos trechos onde estão sendo construídos os anéis em Vitória e Colatina – advertiu.

Motta acrescentou que a degradação em que se encontra a quase totalidade das rodovias federais está inviabilizando o trabalho dos caminhoneiros. Ele salientou que os buracos nas estradas atraem os assaltantes, o que impede os caminhoneiros de viajar à noite.

Em aparte, o senador Leonel Pavan



Motta sugere que construção de anéis rodoviários na Grande Vitória seja transferida ao governo do estado

(PSDB-SC) assegurou que o governo tem sido negligente com outros estados e não apenas com o Espírito Santo.



Mozarildo destaca que "agora é o cidadão que precisa ficar preso em casa para se sentir seguro"

## Mozarildo diz que o "não" significa insegurança

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse ontem da tribuna que a vitória do "não" no referendo sobre a proibição da venda de armas no Brasil pode ser explicada pelo sentimento de insegurança da população e pela desconfiança em relação ao governo.

O representante de Roraima afirmou que a segurança pública no país faliu de tal forma que em várias metrópoles os habitantes vivem com medo.

– A situação no Brasil se inverteu. Agora é o cidadão que precisa ficar preso em casa para se sentir seguro – constatou.

A incapacidade dos governos federal e estaduais de garantir a segurança do cidadão é, para Mozarildo, a principal razão de o "não" ter vencido em todos os estados.



Para Antonio Carlos Magalhães, "esse foi apenas o primeiro grande 'não' que ele (Lula) recebeu"

## Antonio Carlos: "referendo castigou presidente Lula"

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que o país votou "não" no referendo para castigar o presidente Lula, que se manifestou pelo "sim".

– O "não" disparou quando Lula assumiu o partido do "sim". A culpa foi dele. E será sempre dessa forma: quantos "sins" apareçam com Lula à frente, o "não" será vencedor. Esse foi apenas o primeiro grande "não" que ele recebeu. Outro grande "não" virá nas próximas eleições – previu.

Essa derrota caberia exclusivamente ao presidente, avaliou o senador, e "provaria sua incapacidade de governar, além de demonstrar sua insensibilidade diante dos problemas do povo". Seria "seu castigo" por empregar mal os recursos e não garantir a segurança pública, disse Antonio Carlos.



Valadares afirma que moradores dos grandes centros e de suas periferias sentem-se desprotegidos

## Valadares: resultado é protesto contra corrupção

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) chamou ontem a atenção para o recado dado aos políticos e aos governos federal e estaduais pela vitória do voto "não" no referendo. Segundo ele, além de ser um protesto contra as políticas públicas de segurança, o voto pelo "não" foi também um protesto contra a corrupção política.

Valadares disse que os estados estão entregues aos ladrões não apenas nas cidades, mas também no meio rural. Da mesma forma, os moradores dos grandes centros e de suas periferias sentem-se desprotegidos, na avaliação do senador. Ele lembrou o caso das favelas, onde o cidadão faz acordos com narcotraficantes para ter paz, adotando a lei do silêncio. Ele pediu aos parlamentares que reflitam sobre o resultado das urnas.



Iris de Araújo ressaltou que arma de fogo é um elemento de coação do homem contra a mulher

## Iris de Araújo assume o "sim" como mulher e mãe

Dois dias após a vitória do "não" no referendo sobre o desarmamento, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) revelou em Plenário seu voto "sim" à proibição do comércio de armas de fogo e munição no país. A peemedebista assumiu essa postura, conforme justificou, na condição de senadora, mãe, mulher e pacifista. E ressaltou ter sido a única pessoa de sua família a votar pelo "sim" na consulta popular realizada no último domingo.

– Votei "sim" porque sou mãe e só quem é mãe pode entender a dor da perda de um filho por arma em um acidente doméstico ou em um momento de cólera. Percebo que a arma de fogo é, na maior parte das vezes, um poderoso elemento de coação do homem contra a mulher – explicou.